



ACÇÕES EMPREENDEDORAS NA GESTÃO PÚBLICA: análise do programa crédito solidário (PCS) em um município do sul de minas gerais

1- Camila de Assis Silva*

Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Brasil.
camila_assis16@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7306163039213169>

2- Josiel Lopes Valadares

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Brasil.
Professor Adjunto do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil.
adm_josiel@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/4460783445382011>

3- Daniela Meirelles Andrade

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Brasil.
Professora Adjunta do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Brasil.
daniela.andrade@dae.ufla.br
<http://lattes.cnpq.br/3540283033351057>

Diego Maganhotto Coraiola – Editor Geral

Editor responsável pela submissão:

Diego Maganhotto Coraiola.

Artigo analisado via processo de revisão duplo cego (*Double-blind*).

Recebido em: 15/06/2016

Aprovado em: 13/09/2016

Última Alteração: 13/09/2016

* Contato Principal: Rua: Benjamin Constant, 86. Centro, Lavras – MG. 37200-000.

AÇÕES EMPREENDEDORAS NA GESTÃO PÚBLICA: ANÁLISE DO PROGRAMA CRÉDITO SOLIDÁRIO (PCS) EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS

RESUMO

Uma das atuais tendências no Campo de Públicas é a inclusão do tema empreendedorismo no debate sobre o processo de formulação e implementação de políticas públicas. Esse tipo de pensamento partiu do entendimento de que com o processo de globalização foi necessário que o setor público se adaptasse às transformações através de uma administração mais flexível para conseguir responder às demandas da sociedade. Esta pesquisa qualitativa tem por objetivo analisar, sob o ponto de vista dos beneficiários do Programa Crédito Solidário (PCS) em um município do sul de Minas Gerais, os níveis de emancipação econômica, social e política dos beneficiários dessa política pública. Evidenciou-se que este tipo de ação representa um processo de implementação e formulação de projetos públicos sob uma condição paradoxal, pois, ao mesmo tempo que promove novas alternativas de desenvolvimento de pequenos negócios da Economia Solidária, torna-se frágil no contexto da emancipação econômica, social e política dos beneficiários.

Palavras-chave

Empreendedorismo público; Economia solidária; Emancipação.

ENTREPRENEURIAL ACTIONS IN PUBLIC MANAGEMENT: ANALYSIS OF THE PROGRAMME “CRÉDITO SOLIDÁRIO” (PCS) IN A SOUTHERN TOWN OF MINAS GERAIS STATE

ABSTRACT

One of the current trends in the *Campo de Públicas* is the inclusion of entrepreneurship subject in the discussion on the public policy formulation and implementation. This kind of thinking came from the understanding that with the globalization process it was necessary for the public sector to adapt to changes through a more flexible management that could respond to society's demands. This research aims to analyze, from the beneficiaries's point of view of the Programme “Programa Crédito Solidário” (PCS) in a town in the southern of Minas Gerais State, in levels of economic, social and political emancipation of those who benefit from this public policy. It becomes clear how this type of action represents a process of implementation and formulation of public projects in a paradoxical condition, because at the same time it promotes new alternatives for the development of small business from the *Economia Solidária* (Solidarity Economy), it alters to be rather weak in a context of economical, social and political emancipation of beneficiaries.

Keywords

Public entrepreneurship; Solidarity economy; Emancipation.

1 Introdução

No Brasil, a partir da década de 1990, ficou evidente o fortalecimento do empreendedorismo no contexto do setor público. Com a reforma da administração pública, esse setor ganhou características da administração privada, tornando-se mais flexível e tendo como base para sua atuação uma boa gestão focada em objetivos. O empreendedorismo torna-se então um elemento fundamental para a garantia de um serviço público de qualidade. Neste cenário, os reformistas encaram a possibilidade de repensar o contexto moroso e estático das organizações públicas pela inserção de práticas e conceitos bem presentes nas circunstâncias das organizações privadas (Valadares & Emmendoerfer, 2015). Nesse quesito é possível ver um movimento duplo, no qual tanto os profissionais da administração pública como os acadêmicos passam a enxergar no aspecto gerencial e, sobretudo na questão do comportamento empreendedor, uma possibilidade de renovação da administração pública (Osborne & Gaebler, 1994).

Um movimento de grande repercussão na administração pública no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e que foi crucial para a consolidação do discurso objetivista e instrumentalista na administração pública foi a corrente denominada New Public Management – NPM (Hood, 1991; Pollitt, 2000). A NPM consistiu em um modelo de administração pública que teve como ponto de partida em seu discurso o entendimento de que as organizações públicas poderiam ser gerenciadas nos moldes das organizações privadas, promovendo uma nova interpretação para este contexto, admitindo que a gestão poderia contribuir para uma nova forma de governo, tornando o setor público mais eficiente e moderno. Em outras palavras, a NPM é a reinterpretação da administração pública pelo gerencialismo (Andrews, 2000; Diefenbach, 2009). Este pensamento trouxe contribuições e desafios para a administração pública que valem a pena serem mencionados, mas que não são o foco deste trabalho. Para uma leitura mais especializada e crítica do assunto o leitor pode ter o contato com os textos de Andrews (2000), Diefenbach (2009), Andrews (2000), Costa et al., (2011), Andion (2012) e Farazmand (2012).

Neste trabalho, busca-se explorar um caso específico no qual o pensamento reformista influenciou a tomada de decisão dos governantes de um município ao criarem um programa orientado para o incentivo da economia solidária. Antes disso, cabe mencionar que o pensamento reformista norteou mudanças importantes no contexto da administração pública brasileira nos anos 1990. A formulação e implementação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995 teve em sua base o pensamento gerencial. O ministro daquele período, Luiz Carlos Bresser Pereira, seguiu pontualmente a cartilha dos reformistas, implementando uma política de cortes de orçamento da União e posteriormente implementando políticas de administração por resultados no país (Leite, 2014). Essa nova forma de administração ficou conhecida como a Reforma Gerencial de 1995, mas que foi implementada pela emenda 19 em 1998 visou incorporar características gerenciais no contexto das organizações públicas brasileiras (Bresser-Pereira, 2000).

Com esse movimento reformista, ou melhor, a partir das ideias consubstanciadas na perspectiva da NPM, a União adotou novas práticas administrativas, nas quais, o empreendedorismo se destacou. Nesse contexto, criou-se o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA - que tinha em sua base a discussão sobre uma gestão pública mais desburocratizada, competitiva e empreendedora. Como se vê, o contexto social e político brasileiro proporcionou, de certa forma, o grande crescimento das micro e pequenas empresas no Brasil, possibilitando também um melhor cuidado frente aos indicadores de nascimento e mortalidade dessas empresas. Com a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, o qual tem por objetivo estimular as empresas a se modernizarem, contribuindo para o desenvolvimento do país, fica evidente a preocupação do Estado em manter um ambiente propício à livre iniciativa privada e ao fortalecimento dos pequenos negócios.

A atuação do Sebrae, antes focada nos pequenos negócios, com o passar do tempo voltou-se para o setor público. Os gestores desta instituição perceberam que a Administração Pública teria um papel fundamental no fortalecimento dos pequenos negócios, sobretudo no que concerne às políticas regulatórias deste contexto. Cria-se então, em 2001, juntamente com representantes dos municípios no Brasil, como a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), a Associação Brasileira de Municípios (ABM), dentre outros órgãos, o chamado Prêmio Prefeito Empreendedor como mecanismo de reconhecimento da capacidade administrativa de gestores públicos que tenham implementado projetos com resultados comprovados, fato que favoreceu a construção e o desenvolvimento de pequenos negócios locais e a modernização da administração pública.

No ano de 2012, o município analisado nesta pesquisa foi um dos merecedores da VII edição do “Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor - Juscelino Kubitschek” com destaque na categoria Destaque Temático, Crédito e Capitalização. O projeto premiado foi o “Programa Crédito Solidário” (PCS) que consistiu em uma iniciativa dos gestores públicos municipais em disponibilizar aos microempreendedores da cidade um empréstimo para que pudessem abrir ou melhorar seus negócios (<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Pr%C3%A0Amio-Sebrae-Prefeito-Empreendedor>).

Os moldes do programa foram construídos pelo prefeito que estava em exercício na época, pelo presidente e vice do Conselho Gestor de Economia Solidária Municipal e hoje atual presidente da Associação Lavrense de Artesãos e Arte Culinária – ALAC. Também por algumas pessoas da Universidade Federal de Lavras – UFLA, por um vereador e por outras pessoas que presenciaram em um município vizinho o desenvolvimento da economia solidária que estava dando certo. Essa parceria deu origem ao ‘Programa Crédito Solidário’ que foi considerado uma ação gerencial reconhecida nacionalmente, o que evidenciou a conquista do prêmio para o município. Esse projeto consiste em dar todo o apoio necessário ao pequeno empreendedor e aos principais beneficiários deste programa (<http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/lavras-mg-credito-e-inclusao-social/>), os quais são os membros da ALAC. Sabendo disso, este trabalho pretende responder a seguinte questão de pesquisa: De que forma as ações gerenciais/empreendedoras promovidas pelo governo municipal, por meio do PCS impactaram a realidade econômica, social e política de seus beneficiários? Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar,

sob o ponto de vista dos beneficiários, os níveis de emancipação econômico, social e político gerado pelo PCS aos seus beneficiários. Especificamente, busca-se a caracterização do programa, a identificação das possíveis ações empreendedoras do mesmo e a compreensão do nível de emancipação que o ‘Crédito Solidário’ gerou na comunidade.

A operacionalização deste artigo se deu em 5 partes além desta introdução. Na primeira evidencia-se os principais debates sobre o empreendedorismo e ação empreendedora no setor público. Na segunda explora-se as características e particularidades no contexto da Economia Solidária (ES). Além disso investiga-se a interlocução da ES e as políticas públicas afirmativas ou compensatórias e emancipatórias. Na terceira são evidenciados os procedimentos metodológicos desta pesquisa, particularizando o processo de coleta e análise de dados. Na quarta são discutidos os principais resultados da pesquisa a partir dos dados analisados. Na quinta e última parte são construídas as reflexões finais deste trabalho bem como suas principais conclusões.

2 Empreendedorismo e Ação Empreendedora no Setor Público

O ator empreendedor, a partir de suas experiências e vivências profissionais, tem como objetivo transformar a organização de modo que esta se desenvolva e esteja sempre acompanhando as mudanças do ambiente e do mercado (Gomes, Lima & Cappelle, 2013).

Segundo Sousa, Junior e Lira (2010) “o sentido do termo empreendedorismo vem compondo elementos pertinentes à investimentos, riscos financeiros, e planejamento, oriundos do ambiente econômico-mercantil”. Já na visão de Silveira *et al.* (2007) o empreendedorismo pode ser visto como a formação de algo novo, a partir do momento que se tem uma oportunidade. A dedicação, o empenho e a coragem são características fundamentais para o alcance dos objetivos e ao empreendedor cabe prever e calcular os riscos do mercado. Nestas definições observa-se que o empreendedorismo é interpretado de acordo com o viés que os autores tomam como partida.

O empreendedor, neste sentido, estaria disposto a correr os riscos e ameaças do ambiente, porém qualquer falha será assumida por este indivíduo, sendo a inovação a resposta mais apropriada para estas possíveis falhas. A pessoa que possui este perfil empreendedor não se acomoda, busca por mudanças, e a partir de uma oportunidade tem-se a abertura para novos processos que estarão em transformação. Existem algumas abordagens que a literatura específica reconhece como fundamentais para a compreensão do desenvolvimento da teoria sobre o empreendedorismo. Dentre elas são elencadas pelo menos três possibilidades de mais destaque: a) a economicista; b) a psicologista; c) a sociologista (Boava, 2006). Gimenez, Ferreira e Ramos (2008) corroboram com a visão de que o empreendedorismo é objeto de estudo de muitos pesquisadores. Por isso é possível considerá-lo como um termo multicêntrico.

Além disso Silveira *et al.*, (2007) considera o termo “empreendedorismo” como algo muito abstrato, pois muitas pessoas conhecem esta palavra, mas a maioria não define ou desconhece o seu verdadeiro significado. Esta dificuldade de entendimento pode ser resultado da existência de várias concepções não estabelecidas, ou por se tratar de uma inovação no Brasil, lugar em que este tema se tornou conhecido a partir da década de 1990. Para Dornelas (2008) o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil se dá pela dedicação e importância de instituições como o SEBRAE. A abertura político-econômica no começo da década de 1990 teve grande destaque no aparecimento das pequenas empresas brasileiras, porém, com este desenvolvimento, os problemas de falta de conhecimento sobre o assunto dificultaram o crescimento do empreendedorismo no nosso país, mas, com o apoio do SEBRAE e de outras instituições, o Brasil alcançou espaço no cenário do empreendedorismo, por meio de auxílio às micro e pequenas empresas.

Um conceito importante neste contexto é o de ação empreendedora. Esta associa-se à maneira de realizar uma atividade inovadora gerando resultados comprovados e que esteja de acordo com as demandas e ofertas do mercado, o que pode ser entendido como o oposto ao comodismo. A atitude do empreendedor está voltada para o processo de inovação, sendo a ação empreendedora prioridade de seus afazeres (Lenzi, Kiesel & Zucco, 2010). A ação empreendedora é associada a muitos aspectos positivos no contexto social, econômico e das organizações, como o aparecimento de novos empreendimentos que acarretam o desenvolvimento econômico e social, as organizações que aprendem a lidar melhor com as mudanças da sociedade, além da satisfação pessoal dos indivíduos que empreendem. Com isso, o empreendedorismo pode ser visto como um processo que cria valor individual, organizacional e social, sendo de grande importância para a sociedade como um todo.

A conduta do empreendedor sempre foi importante para a sociedade, porém, tem se intensificado devido as novas demandas da coletividade que resultam no aumento do nível de conhecimento dos indivíduos e nos avanços tecnológicos. A competitividade exige do empreendedor o desenvolvimento da ação empreendedora e do processo de inovação (Cunha, Bulgacov, Meza & Balbinot, 2009). Para Berlim, Portella, Franceschini e Carvalho (2006) uma ação empreendedora pode ser analisada de duas maneiras: a primeira está voltada para o resultado que uma ação pode causar na sociedade. E a segunda, como responsável pela progressão social e pessoal, uma vez que a mesma contribui para toda a coletividade ao trazer novidades e criações através da abertura de novos negócios. O empreendedor tem o intuito de buscar projetos que sejam distintos e arrojados, fazendo a diferença e seguindo os princípios do comprometimento e da ética.

Atualmente, o empreendedorismo tem sido incorporado à gestão pública via *New Public Management*. Segundo Valadares e Emmendoerfer (2015) a partir das reformas administrativas, foi necessário que os governantes propusessem um modelo de administração pública que fosse capaz de promover uma cultura empreendedora nas organizações públicas. Este modelo se orientou para uma prática gerencial no setor público, que teve como uma de suas premissas norteadoras a priorização do alcance de resultados efetivos nas ações do poder público. A aplicação da NPM visa a melhoria da administração pública que possui peculiaridades rígidas, dando a esta gestão características mais flexíveis, eficazes e efetivas.

Com isso, o setor público passa a assumir características do setor privado, desenvolvendo uma nova forma de gestão voltada para o atendimento das necessidades da sociedade (Sousa, Junior & Lira, 2010).

A incorporação do empreendedorismo no setor público surgiu da ideia de melhorar a qualidade da prestação de serviços públicos à sociedade. Neste contexto, cabe aos governos rever o seu papel no compromisso de garantir o melhor acesso aos serviços públicos (Osborne & Gaebler, 1994). Este tipo de pensamento partiu do entendimento de que com o processo de globalização (sobretudo o acirramento das crises) foi necessário que o setor público se adaptasse às transformações através de uma administração mais flexível, com características da administração privada, para conseguir responder as demandas da sociedade (Bernardi & Guimarães, 2008). Isso se tornou uma tendência mundial, que, por meio da proliferação e da expansão do ideal reformista e neoliberal, alcançou o centro da discussão governamental em todo mundo (Kettl, 2006).

Especificamente, o empreendedorismo também pode ser analisado no contexto da economia solidária, uma vez que a abertura de empresas voltadas a este modelo de economia geram um processo de inovação com destaque na relação dos membros envolvidos que buscam sempre trabalhar em união e pelas suas práticas de cooperativismo e o associativismo (Arruda; Boff, 2000). Sendo assim, o próximo tópico abordará sobre o tema economia solidária.

3 Economia Solidária, Políticas Públicas Afirmativas e Emancipatórias

A expressão economia solidária (ES) ganhou destaque em nosso país em meados dos anos 1990 quando esse tipo de atividade econômica se tornou popular por se tratar de uma prática de natureza associativa e por suas ações de autogestão e cooperação. A economia solidária se expandiu, abrangendo diferentes formas de organização e categorias sociais, como a formação de cooperativas que produzem bens, o apoio ao crédito, à comercialização, entre outros (Gaiger, 2013). No ano de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil com o Partido Trabalhista – PT. Esse novo governo criou o ‘Pacto Social’ que tinha como principal objetivo a expansão econômica e a geração de renda. Dentro desta perspectiva, teve-se uma preocupação com a cooperação, uma vez que o cooperativismo entre as pessoas pode ser visto como um mecanismo da prestação de serviços e da organização da produção. Diante disto, a economia solidária passa a ter força em nosso país com suas práticas de cooperação e autogestão (Alcântara, 2005).

Em termos conceituais, a ES consiste no processo de produção no qual todos os integrantes possuem igualdade de direitos. Os empreendimentos que são abertos são administrados pelos próprios trabalhadores de forma coletiva e democrática. No momento das decisões, cada membro tem direito a um voto, ou seja, cada um tem que agir em busca do objetivo coletivo, uma vez que a igualdade é a principal característica da economia solidária (Singer, 2008). Os estudos sobre economia solidária discutem alternativas de superação do padrão de subordinação e de instabilidade das maneiras que são típicas da economia dos setores considerados populares, por exemplo as ocupações por conta própria, as microempresas, a informalidade, entre outros. Essas alternativas podem ser analisadas dentro do contexto de empreendedorismo, uma vez que o conceito de inovação permeia estas relações (Gaiger, 2008).

De acordo com Chaves e Pinto (2007) a cooperação é formada para interagir socialmente os indivíduos que se unem para alcançar o mesmo objetivo, na qual os mesmos possuem igualdade de direitos. A cooperação pode ser vista como uma boa estratégia para legitimar social e legalmente aqueles que estão à margem da sociedade. A economia solidária pode ser analisada nos aspectos macroeconômicos e microeconômicos. No contexto microeconômico, o desenvolvimento desta economia pode representar a defesa de iniciativas coletivas que virão a gerar novos atores econômicos. Já no contexto macroeconômico, há a melhoria da qualidade de vida, além da importância da autogestão destes trabalhadores (Eid, 2007).

O conceito de economia solidária também pode ser analisado dentro da perspectiva de políticas públicas. De acordo com Teixeira (2002) as políticas públicas traduzem em todo o seu processo de elaboração, efetivação e resultados, o formato do exercício que foi desenvolvido pelo governo, desde a distribuição de poder até a repartição de recursos e benefícios para a sociedade. Esse tipo de política é responsável pela intermediação entre a sociedade e o poder público. As políticas públicas, em um contexto mais amplo, podem ser tomadas como afirmativas ou compensatórias e, por outro lado, pelo viés emancipatório.

As políticas afirmativas ou políticas de ações afirmativas são todas as ações do Estado que estão voltadas para a igualdade de todos os indivíduos que possuam alguma dificuldade de se inserirem na sociedade. Os grupos mais atingidos são os raciais, étnicos e as mulheres, e as ações mais observadas são a entrada no mercado de trabalho, o acesso ao ensino superior e a participação na vida política (Moehlecke, 2002). Para Pereira, Rodrigues e Guilherme (2010) as políticas voltadas para as ações afirmativas possuem um viés de reparar déficits sociais que foram estabelecidos pela sociedade, de forma que fique claro que estas políticas não são um favor e sim ações que são direitos de todos. A criação de políticas públicas de economia solidária pode ser vista dentro do contexto de uma ação de política afirmativa, na qual o governo desenvolve uma estratégia voltada para o fortalecimento deste tipo de economia nos âmbitos econômico, social e político (Praxedes, 2009). Essa política visa a inclusão de programas assistenciais e transmissão de renda, o acesso a educação, a seguridade social e a previdência (Silva, 2010).

Para Ferrarini (2008) o governo brasileiro tem se esforçado para superar a pobreza, o que gerou uma melhora nos indicadores sociais, embora o nível de pessoas com uma baixa condição de renda tenha decaído lentamente e insuficientemente. O Estado tem conferido propósitos emancipatórios às políticas sociais, de forma que seja instaurada uma condição de autonomia às pessoas beneficiárias no final dos programas. Visto que o Estado tem buscado dar aos indivíduos certa autonomia perante a sociedade no final dos programas sociais, a compreensão do nível de emancipação destas pessoas é importante para a verificação deste processo e será realizada em três aspectos, os quais são: a) econômico; b) social; c) político.

O nível econômico ou financeiro está relacionado com a condição econômica das famílias. Este nível define quanto a pessoa possui financeiramente e a maneira como são conduzidas a economia e as finanças. Representa a importância dos bens e a forma como as pessoas utilizam o seu dinheiro em benefício próprio, da família, da sociedade e o que isso representa para elas. Para Camargo (<http://www.brasilecola.com/sociologia/classes-sociais.htm>) o nível social está associado aos conceitos de renda, oportunidade, escolaridade e gênero. No Brasil, o nível social é muito conhecido, pois há uma diferença ampla de renda. Também pode ser relacionado aos direitos sociais, que consistem em direitos que são garantidos para toda a sociedade. O nível político tem relação com a maneira de funcionamento do Estado, ou seja, como ele age em relação à sociedade. Além disso, também pode ser associado à forma como as pessoas agem em relação à política, isto é, se possuem autonomia política em relação ao governo (<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,outro-nivel-e-possivel-imp-,1568864>).

As políticas públicas afirmativas e emancipatórias buscam a igualdade para todos os indivíduos que estão excluídos da sociedade por algum motivo, seja por sua cor, situação financeira, entre outros. O conceito de igualdade no nosso país é relevante, de forma que o que se busca é o bloqueio da desigualdade e a inserção de pessoas na sociedade (Barrozo, 2004).

4 Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho pode ser analisado como um estudo de caso exploratório, que consiste em uma técnica qualitativa com o objetivo de examinar um elemento individual. Sua principal fonte de informações é a entrevista, pois, a partir dela, o pesquisador irá expor a sua opinião sobre o tema, colocando suas próprias interpretações (Yin, 2001).

A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas realizadas a partir de um questionário com questões semiestruturadas. Foram encaminhados 30 questionários aos membros da ALAC, os quais expõem seus trabalhos culinários e artísticos em uma feira que funciona todos os domingos na principal praça do município analisado. Nela, são expostos produtos artesanais e alimentícios que são vendidos para os visitantes. Esta feira representa um evento importante para a cidade, visto que a mesma recebe muitas pessoas que compram os seus produtos. Desta forma, a feira contribui com a movimentação da economia local e ajuda os seus membros a se tornarem pessoas ativas na sociedade. Os membros desta associação foram os principais beneficiários do programa “Crédito Solidário” na época de sua implementação.

Também foram realizadas entrevistas individuais com pessoas chave no intuito de obter informações mais aprofundadas do PCS. As primeiras entrevistas foram realizadas com o prefeito em exercício na época da implementação do programa e com o presidente do Conselho Gestor de Economia Solidária. Realizou-se uma entrevista com o vice-presidente do Conselho Gestor de Economia Solidária e hoje atual presidente da ALAC. Com essa entrevista foi possível conhecer mais particularidades sobre o funcionamento da ALAC e a importância que o programa teve para a associação como um todo.

Os entrevistados foram escolhidos por terem um amplo conhecimento sobre o PCS e por serem os principais participantes do processo de implementação. Neste estudo de caso, optou-se por não divulgar os nomes dos entrevistados, que se encontram detalhados na Figura 1. Além das entrevistas utilizou-se documentos secundários relativos ao processo de implementação do programa, que são a Lei Municipal da Economia Solidária e o Regimento do Crédito Solidário.

Entrevistado\ª	Cargo\Função
E1	Prefeito em exercício na implementação do PCS
E2	Presidente do Conselho Gestor de Economia Solidária (CGES)
E3	Vice-Presidente do Conselho Gestor de Economia Solidária (CGES)
M1	Membro da ALAC
M2	Membro da ALAC
M3	Membro da ALAC
M4	Membro da ALAC
M5	Membro da ALAC

Figura 1: Cargo ocupado pelos entrevistados

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

A análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011). Segundo Moraes (1999) a análise de conteúdo consiste em um tipo de metodologia que é utilizado para explicar e interpretar tudo o que está dentro dos textos e documentos. Através dessa análise é possível fazer a reinterpretação das mensagens, além de aumentar a compreensão dos significados em aspectos que estão além da própria leitura. Conforme Bardin (2011) elaborou-se categorias analíticas para analisar os dados empíricos coletados. Seguindo esta linha, definiu-se três níveis ou categorias para a análise de conteúdo do material a partir da literatura analisada. Os três níveis ou categorias de análise serão: econômico, social e político. A caracterização de cada nível de análise pode ser vista na Figura 2.

Nível de Análise	Caracterização
Nível econômico	Representa todas as atividades econômicas realizadas por um indivíduo.
Nível social	Está associado a todos os direitos sociais, ou seja, os direitos que garantem para a sociedade uma mínima condição na qualidade de vida.
Nível político	Corresponde a autonomia política das pessoas, isto é, a independência ou liberdade política que as mesmas possuem.

Figura 2: Níveis analisados na comunidade para a verificação de emancipação do programa “Crédito Solidário”. Fonte: Elaborado pelos autores com base, 2015.

Diante da descrição do processo de operacionalização do caminho metodológico proposto na pesquisa, na próxima seção apresentam-se os resultados deste trabalho.

5 Resultados e Discussões

5.1 O Programa Crédito Solidário (PCS) e seus Beneficiários

O PCS é um programa de estímulo à economia com foco voltado para as pessoas que têm negócios informais. Esse programa consiste em um empréstimo cedido pela Prefeitura Municipal da cidade analisada, aos pequenos empreendedores que estejam trabalhando com quaisquer segmentos da economia e que não estão devidamente formalizados. A parceria da prefeitura com os empreendedores seria a concessão de um prazo para iniciar o pagamento do empréstimo aos mesmos que captassem os recursos, a fim de que pudessem obter o dinheiro por meio da realização de suas atividades.

De acordo com o Decreto n.º 8601, de 31 de agosto de 2010, o PCS foi criado no município de Lavras como um instrumento da política pública de fomento à Economia popular solidária e tem como objetivo incentivar a abertura, incremento e manutenção de pequenos empreendimentos solidários e/ou populares, desde que se trate de trabalhadores ainda informais. A ideia da criação do PCS no município surgiu, segundo seus idealizadores, a partir da identificação das necessidades de pessoas que precisavam melhorar ou abrir os seus empreendimentos. Nas palavras do entrevistado (E1) o PCS nasceu da seguinte reflexão cotidiana:

[...] a gente andando e conversando com as pessoas, naquele contato do dia a dia e querendo que a cidade tivesse uma economia que era informal e que as pessoas pudessem se habilitar e criar uma empresa individual para poderem ter INSS, nós víamos as dificuldades destas pessoas. [...] Até que um dia eu estava andando em um bairro com o governo itinerante, aí vi uma moça com dificuldades no seu salão de beleza, pois não tinha o lavatório pra lavar o cabelo dos clientes. Vendo que um grupo de pessoas que também trabalhava em vários setores tinham esta mesma dificuldade, principalmente o pessoal da feira que funciona na Praça Dr. Augusto Silva aos domingos, nos reunimos um dia e começamos a fazer uma usina de ideias para poder ajudar essas pessoas. [...] Reuni com advogados e fizemos uma lei criando o Conselho de Economia Solidária e o fundo municipal, nós colocamos no orçamento e então começou a valer pro ano seguinte, com a lei e o fundo criado (E1).

A Lei da Economia Solidária n.º 3.479, de 08 de junho de 2009 consiste no projeto de Lei do Executivo n.º 016/2009, na qual são criadas diretrizes e estabelecidos princípios fundamentais e objetivos da política municipal de fomento à economia solidária do município analisado. Além disso, é estabelecido o Regimento do Crédito Solidário fundamentado no Decreto n.º 8.601, de 31 de agosto de 2010, no qual é aprovado e homologado o ‘Regimento Interno do Fundo Municipal de Trabalho e Renda Solidária’. O PCS, desta maneira, concedeu às pessoas a oportunidade de entrar no mercado de trabalho para desenvolverem suas atividades que poderiam estar paralisadas por falta de recursos. Para o entrevistado (E2), o PCS é um programa de fomento à economia, principalmente voltado para os informais. O principal foco é o atendimento aos empreendedores informais, com o propósito de facilitar o financiamento, pois, como não estão formalizados, não é possível consultar o SPC e o SERASA, além da falta do CNPJ, o qual sem ele é como se a empresa não existisse. Segundo o entrevistado, esse crédito é uma política pública oriunda da economia solidária que visa dar uma abertura de mercado para essas pessoas que atuam no mercado informal.

Conforme o entrevistado (E3), o valor do crédito solidário variava de R\$100,00 a R\$1000,00 com juros de 0,2% ao mês, podendo ser dividido em até 10 parcelas. O pagamento era realizado na prefeitura. Aproximadamente 600 pessoas foram beneficiadas com o crédito solidário. O crédito abrange qualquer pessoa da cidade que queira fazer um empreendimento ou investir em seu negócio. Para o processo de captação é realizada uma avaliação para o empréstimo do mesmo e verificado se a pessoa realmente necessita do empréstimo para aplicar em seus negócios ou ainda, comprar materiais para desenvolvê-los. Os envolvidos no processo de implementação do programa foram a prefeitura, os membros da ALAC, algumas pessoas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras – INCUBACOOP/UFLA e um vereador. A estrutura do “Crédito Solidário” é definida pelo entrevistado (E2):

[...] a pessoa comprova que mora no município e que tem aptidão para determinado negócio ou já tem um negócio que pode aumentar. Ela vai à prefeitura com seus documentos pessoais, o projeto dela passa pelo conselho de economia solidária e depois de ser aprovado, é enviado uma ata para o município e a prefeitura faz um cheque e um empenho que o indivíduo assina afirmando que recebeu os documentos relativos ao que ele vai pagar depois da carência, é sem burocracia e é uma oportunidade para as pessoas que não tem recursos financeiros ou um crédito bancário possam ter o seu próprio negócio. Foram beneficiados o pessoal da ALAC, donas de salão, pessoas que faziam comida em casa para vender, marcenarias, etc. Mas, o foco principal foram os artesãos (E2).

Os membros da ALAC foram os principais beneficiários do programa. Eles utilizaram o empréstimo para comprar as matérias primas necessárias para melhorar e aprimorar os seus produtos, que consistem em artesanatos e alimentos. Conforme o entrevistado (E3) a ALAC foi fundada em 1998, por meio da união de um grupo de artesãos que faziam os seus trabalhos em casa e os ofereciam para os seus conhecidos e vizinhos. Com a necessidade de criar um lugar para que estas pessoas pudessem expor seus produtos de modo articulado, veio a ideia da criação da feira com um grupo de aproximadamente 110 pessoas. Os critérios para entrar na feira e na associação são: a pessoa residir no município, ser artesão e fazer seu próprio trabalho.

A partir destas informações, foram entregues questionários que possibilitaram a análise do grupo responsável pela realização da feira, sendo eles os principais beneficiários do programa. As variáveis observadas foram o sexo, renda,

escolaridade, tempo de trabalho e o ano em que estes indivíduos ingressaram. Através da análise dos questionários dos membros da ALAC, pôde-se observar que o perfil dessas pessoas é bem diverso. Do total entrevistado, a maioria são do sexo feminino, representando 93,75%. Em relação à fonte de renda, 68,75% não possuem outra fonte de renda que seja de outro trabalho. Quanto à escolaridade, há uma variação mais expressiva, na qual 18,75% das pessoas possuem ensino superior completo, 56,25% ensino médio e 25% ensino fundamental. Atualmente apenas 18,75% destes indivíduos estão na feira desde o seu início, 31,25% entraram no ano de 2010 e o restante dos membros ingressaram entre os anos de 2000 e 2014.

Para os membros da associação, a ALAC pode ser analisada como uma instituição que valoriza o trabalho de seus associados. Ela passa confiança para os seus integrantes, pois hoje trabalham em equipe. A associação está legalizada e concede apoio aos artesãos. Essas pessoas têm liberdade de participação nas decisões a serem tomadas. Observa-se que no contexto da ALAC as ações e as tomadas de decisões são realizadas em coletividade e cooperação, uma vez que para a obtenção dos objetivos da Associação e para um funcionamento satisfatório da feira é preciso harmonia entre os mesmos, tendo em vista que todos participam dos processos decisórios. O trabalho desses indivíduos suscita então um engajamento social, pois, muitos destes trabalhadores não possuem outra fonte de renda e hoje podem ser vistos como pessoas ativas na sociedade que produzem a partir da matéria prima seus próprios produtos.

Os membros da ALAC se mostram satisfeitos com seus pequenos negócios, pois, com esse dinheiro, foi possível a abertura de uma barraca na feira e também investir no melhoramento dos artesanatos e nos incrementos dos alimentos que são vendidos, como pode ser visualizado no comentário do entrevistado (M1). Através desta fala, pode-se perceber a economia solidária nos aspectos macroeconômicos e microeconômicos, defendendo a coletividade que gera novos atores econômicos e a importância da autogestão destas pessoas, conforme estudado na teoria de Eid (2007).

[...] além da satisfação financeira, também me sinto feliz por ter a oportunidade de conhecer novas pessoas e principalmente, o contato com a natureza me faz muito bem. Também posso estar divulgando o meu artesanato não só para as pessoas do município, mas de outras cidades (M1).

Para o membro da ALAC (M2):

[...] com o trabalho na feira, posso estar interagindo com as pessoas, ensinando e aprendendo com meus colegas. A feira é um lugar que além de complementar minha renda familiar, fica em um local prazeroso de se trabalhar (M2).

Para o membro (M3) “a satisfação se dá através do crescimento como pessoa e da contribuição para a economia da cidade. Além disso, poder divulgar e vender os produtos de confeitaria, que produzo, é muito agradável”. Nos moldes estabelecidos, o PCS pode ser considerado uma política pública por se tratar de uma iniciativa da prefeitura que visa garantir os direitos dos cidadãos, com o objetivo de ajudar pessoas que estavam excluídas do mercado de trabalho, uma vez que, de acordo com Barrozo (2004), as políticas públicas afirmativas e emancipatórias buscam a igualdade para todos os indivíduos excluídos da sociedade por algum motivo, seja por sua cor, situação financeira, entre outros.

As políticas públicas do PCS na cidade em questão podem ser analisadas através do processo de efetivação do crédito solidário na cidade com a criação da Lei Municipal da Economia Solidária e o Regimento do Crédito Solidário. Observou-se também que os empréstimos concedidos pela prefeitura aos beneficiários geraram resultados como o investimento nos produtos ofertados, influenciando a economia local e o crescimento econômico e social dos membros, uma vez que muitos dos beneficiários se tornaram microempreendedores pelo sucesso dos negócios.

[...] o SEBRAE ensinava a pessoa a formar uma empresa, como ter lucro, como ver o custo do produto. A UFLA gostou da ideia e começou a oferecer palestras para esses microempreendedores, começou a rolar um movimento na economia. Ajudou muitos indivíduos transformarem em microempreendedores (E1).

Ressalta-se que o crédito solidário foi uma iniciativa da prefeitura municipal para atender as demandas dos pequenos empreendedores. Esta junção do empreendedorismo ao setor público contribuiu para melhorar o modo de vida dos cidadãos, visto que, de acordo com Sousa, Junior e Lira (2010), a incorporação do empreendedorismo no setor público está voltada para o atendimento das necessidades das pessoas. No caso do crédito, o empréstimo foi concedido aos indivíduos que necessitavam de ajuda para abrir ou melhorar seus empreendimentos. O crédito pode ser visto como uma nova ação da prefeitura para ajudar os que precisam.

5.2 Ações Empreendedoras no Âmbito do Programa Crédito Solidário (PCS)

O PCS é uma ação inovadora na cidade estudada realizada pela prefeitura, que busca melhorar a condição de vida dos seus beneficiários, uma forma diferente e moderna de ajudar pessoas que possuíam pequenos negócios. Os resultados podem ser constatados através da abertura dos microempreendimentos que foram criados e aperfeiçoados por quem utilizou este programa. Muitas pessoas não tinham trabalho e esse crédito possibilitou a abertura de novos empreendimentos. Segundo (E1), com a ajuda do crédito, os membros da ALAC puderam comprar as matérias primas para fazerem seus produtos artesanais e alimentícios e exporem o mesmos na feira. Os principais beneficiários puderam abrir suas barracas na feira para expor os seus produtos resultando no ganho financeiro com suas vendas e na auto realização por se sentirem capazes de desenvolverem suas atividades.

Visto que o PCS conseguiu gerar resultados constatados para os seus principais beneficiários com a abertura das barracas na feira e com a participação ativa dessas pessoas na economia local, a prefeitura recebeu um prêmio de destaque do SEBRAE. No ano de 2012, o município localizado na região Sul de Minas Gerais foi um dos merecedores da VII edição do

“Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor - Juscelino Kubitschek” com destaque na categoria: Destaque Temático, Crédito e Capitalização (<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Pr%C3%A0Amio-Sebrae-Prefeito-Empreendedor>). De acordo com E3 a prefeitura recebeu este prêmio porque o PCS pode ser considerado uma ação empreendedora, uma vez que o pioneirismo é sua característica principal. Outro aspecto que também motivou a obtenção do prêmio foi a impessoalidade da prefeitura ao conceder o crédito. Ainda segundo ele, duas auditoras do SEBRAE verificaram quem já havia ganhado o crédito, visitaram essas pessoas para checar o que elas tinham feito com o dinheiro e constataram que se tratava de uma coisa séria (E3).

Segundo o entrevistado (E1), as ações implementadas no programa foram realizadas a partir da ideia de sua criação, pois foi concluído o projeto de lei criando o conselho municipal da economia solidária e o fundo municipal. O município alocou recursos para esse fundo no orçamento para emprestar o dinheiro para as pessoas. A cidade não visava nenhum lucro direto com o programa e tinha como propósito apenas incentivar os participantes. O retorno para o município era ter pessoas empregadas e trabalhando, pois assim as mesmas viriam a ter uma renda digna e poderiam aumentar seu negócio. Além disso, havia um acompanhamento dos beneficiários para que eles não ficassem a mercê com cursos de capacitação que eram cedidos pelo SEBRAE e SENAC.

Os beneficiários do programa se tornaram microempreendedores, melhorando ou abrindo os seus negócios. Os cursos de capacitação ajudam os mesmos a aprimorar as suas atividades para que possam estar sempre inovando os seus empreendimentos.

[...] as ações inovadoras do Crédito Solidário são as ações do próprio programa, pois, o município realizou uma ação que não existia, empresta o dinheiro pro cidadão para que ele possa ter o seu próprio negócio e desta forma, estará gerando emprego e renda para mais famílias (E2).

Os autores Gimenez, Ferreira e Ramos (2008) afirmam que a ação empreendedora está associada a aspectos positivos, como os aparecimentos de novos empreendimentos, os quais podem gerar desenvolvimento econômico e social. Com o crédito, as pessoas puderam abrir seus negócios, movimentando a economia local. Desta maneira o PCS é uma ação inovadora que está trazendo resultados para o município. Os beneficiários desta ação estão possibilitando resultados comprovados na abertura de seus negócios. Além de gerar emprego e renda para essas pessoas, há também uma movimentação da economia local.

5.3 Nível de Emancipação Gerado pelo Programa Na Comunidade

Busca-se compreender nesta seção o nível de emancipação que o programa gerou na vida de seus beneficiários. É necessário pontuar que a prefeitura municipal visou dar aos indivíduos certa autonomia perante a sociedade no final dos programas, assim a compreensão do nível de emancipação destas pessoas é importante para a verificação deste processo, as quais serão analisadas a partir de três parâmetros: a) econômico; b) social; c) político.

Conforme a entrevistada (E1), o programa gerou um impacto positivo na vida pessoal dos beneficiários. Do ponto de vista econômico, gerou recursos para que as pessoas pudessem trabalhar e esses recursos foram aumentando, movimentando a economia da cidade e dos beneficiários. Politicamente, existe uma série de benefícios para estes empreendedores, por exemplo, há uma lei que ampara o empreendedor individual, a microempresa e a média empresa. São isentos de vários impostos e o recolhimento do INSS é menor.

[...] os pontos positivos do Crédito Solidário na área econômica é o aumento na renda, pois, com este crédito, foi possível investir em meus artesanatos que são vendidos na feira de domingo, na área social é o fato de se ter maior proximidade com a população e na área política, a feira da ALAC se tornou um evento importante para a cidade (M1).

Para o membro (M2) economicamente, houve uma melhora, pois conseguiu comprar os produtos que faltavam para a sua barraca. Socialmente, o crédito permitiu que ele encontrasse o seu lugar na sociedade e politicamente, a contribuição da prefeitura para este programa foi essencial para a mudança da sua vida. A prefeitura se propôs a fazer o PCS como um incentivo para as pessoas que estavam precisando de ajuda financeira para investir em seus negócios. Com o empréstimo, as pessoas puderam melhorar os seus produtos para serem vendidos na feira. O programa concedia às pessoas que utilizam desse empréstimo um período de carência de até 10 meses, com o intuito de que esses indivíduos vendessem os seus artesanatos e alimentos, de maneira que tenham tempo para conseguir recursos para realizar o seu pagamento.

O discurso de (M2) pode ser observado na teoria de Ferrarini (2008) na qual o mesmo afirma que o governo brasileiro tem se esforçado para superar a pobreza, o que gerou uma melhora nos indicadores sociais, ainda que o nível de pessoas com uma baixa condição de renda tenha decaído lentamente e insuficientemente. O Estado tem conferido propósitos emancipatórios às políticas sociais, de forma que seja instaurada uma condição de autonomia às pessoas beneficiárias no final dos programas sociais. Conforme o (M4) o PCS mudou completamente a sua vida. Antes de trabalhar como artesão, ele trabalhava formalmente em outras empresas e depois que conheceu o artesanato tudo mudou. Com este novo trabalho, o membro faz o que ele gosta, pois tem certo sustento, além de poder trabalhar dentro de uma economia diferente, que consiste na economia solidária.

De acordo com Praxedes (2009) a economia solidária pode ser considerada uma política desenvolvimentista, voltada para as pessoas que estão historicamente exclusas da sociedade. Além disso, este tipo de economia engloba vários setores do Estado e do governo, tendo como exemplos o trabalho, a saúde, a educação, o desenvolvimento econômico, etc. O PCS consistiu em uma forma de economia voltada para o trabalho de seus beneficiários.

[...] o programa influenciou muito a minha condição financeira, pois, através do investimento realizado em meus artesanatos, consegui obter uma fonte de renda. Socialmente, tenho o contato direto com as pessoas que visitam a nossa feira, o que me faz muito bem e politicamente, foi interessante ver a iniciativa da prefeitura em relação a criação deste “crédito” que contribuiu muito para a minha vida e de meus colegas do trabalho (M5).

Com a utilização do crédito solidário, os seus beneficiários conseguiram abrir suas barracas na feira que funciona aos domingos. Porém, no que tange aos aspectos social e político o programa não conseguiu proporcionar um grau de emancipação desejável aos microempreendedores. Nas palavras de M3

[...] economicamente, as vendas não tem regularidade. Do ponto de vista social, acredito que não temos o destaque merecido com nosso trabalho na feira e politicamente, não somos valorizados como poderíamos pelo poder público como por exemplo precisamos de fiscalização durante a feira para coibir o comércio de ambulantes (M3).

Isso evidencia a fragilidade de programas voltados para a geração de renda. De um lado, o foco em querer apontar os resultados econômicos coloca em destaque o aspecto instrumental do programa. Desafios como a inclusão social e política dos empreendedores devem ser olhados pelo poder público com mais cuidado na hora de promover programas como o Crédito Solidário. No entanto, se por um lado este programa revela esta fragilidade, por outro o programa evidencia uma iniciativa importante no que tange ao debate sobre a emancipação social e política dos microempreendedores. Ao mesmo tempo que demonstra uma limitação do projeto, evidencia também a importância dos gestores públicos em se atentarem para as questões mais subjetivas da implementação de políticas públicas. E isso vai diretamente ao *ethos* republicano presente no campo. Neste sentido, apesar das limitações, o programa “Crédito Solidário” proporcionou a seus beneficiários uma forma de trabalho na qual os indivíduos puderam exercer no processo de desenvolvimento de suas atividades, conceitos mais substantivos como cooperação e diálogo, dentre uma percepção mais crítica frente a atuação do poder público.

6 Conclusões

Este estudo representa uma iniciativa importante para compreender a ação de uma prefeitura municipal pela perspectiva empreendedora. Evidenciou-se que este tipo de ação representa um processo de implementação e formulação de projetos públicos sob uma condição paradoxal, pois, ao mesmo tempo que promove novas alternativas de desenvolvimento de pequenos negócios da Economia Solidária, torna-se frágil no contexto da emancipação econômica, social e política dos beneficiários (justamente os aspectos mais benéficos da economia solidária).

De forma geral, evidenciou-se as características do PCS, formulado e implementado no município do sul de Minas Gerais. O programa pode ser considerado tanto uma política afirmativa quanto uma política emancipatória, por conceder aos empreendedores que estavam afastados do mercado de trabalho a chance de abrirem seus próprios negócios e a inserção ativa desses indivíduos na economia. É também uma ação empreendedora por se tratar de um programa novo que possui resultados constatados, o que pode ser observado por meio da abertura de novos empreendimentos e do funcionamento da feira dos membros da ALAC.

O crédito também foi analisado através do nível de emancipação que foi gerado na vida de seus beneficiários. Desta forma, pode-se verificar que nos níveis econômico, social e político, o programa trouxe para os seus beneficiários aspectos predominantemente positivos. Para muitos membros da ALAC, o crédito proporcionou uma melhoria na qualidade de suas vidas, pois com o dinheiro foi possível investir em seus trabalhos que são vendidos na feira e a maior parte destas pessoas tem esse serviço como única fonte de renda. Esses indivíduos veem a venda de artesanatos e alimentos como uma terapia e sentem prazer e satisfação no que fazem, além de estarem em interação com a sociedade. Do ponto de vista político, as pessoas afirmam que a iniciativa da prefeitura foi essencial para mudarem de vida e que a feira se tornou um evento importante para a cidade (mesmo com toda sua fragilidade).

Apesar de suas limitações no que tange aos aspectos econômico, político e social, o crédito solidário proporcionou aos membros da ALAC uma oportunidade de entrar no mercado de trabalho através da realização das atividades que estas pessoas se mostraram aptas para desenvolvê-las. Por meio deste trabalho, pode-se observar que a maior parte destes indivíduos se mostram satisfeitos com os resultados gerados, pois este crédito foi importante para o início da emancipação dos mesmos, visto que começaram a trabalhar na feira e hoje possuem uma fonte de renda para a ajuda familiar, além de terem adquirido satisfação pessoal com aquilo que produzem, se tornando pessoas ativas na sociedade.

Esta pesquisa, então, se insere numa tendência de pesquisas no campo de públicas que é compreender o papel da ação empreendedora no contexto das organizações públicas. Neste caso, observa-se que o seu papel vai muito além dos interesses econômicos, uma vez que o *ethos* das organizações públicas leva em consideração aspectos mais substantivos. No caso desta pesquisa fica evidente categorias como coletividade, colaboração, diálogo, qualidade de vida, iniciativa e uma racionalidade prática voltada para mudança social e econômica de um determinado grupo social. Como pesquisas futuras, sugere-se que sejam realizadas na área de empreendedorismo, voltadas para a economia solidária em outros municípios de Minas Gerais para que mais programas sejam analisados através de suas estruturas e resultados. Cabe verificar se as variáveis citadas acima podem ser encontradas no contexto de outros programas.

Referências

Alcântara, F. H. C. (2005). *Economia solidária: o dilema da institucionalização*. São Paulo: Arte & Ciência.

- Andion, C. (2012). Por uma Nova Interpretação das Mudanças de Paradigma na Administração Pública. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(1), 1-19.
- Andrews, C. W. (2000). Revisiting Guerreiro Ramos's new science of organization through Habermasian lenses: a critical tribute. *Administrative Theory & Praxis*, 22(2), 246-272.
- Arruda, M., Boff, L (2000). *Globalização: Desafios socioeconômicos: éticos e educativos*, Rio de Janeiro, Vozes.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barrozo, P.D. (2004). A ideia de igualdade e as ações afirmativas. *Lua Nova*, (63), 103-141.
- Berlim, C. G., Portella, F. O., Franceschini, I. S., Carvalho, M. T (2006). Princípios e práticas do empreendedorismo: um novo paradigma em educação e em psicopedagogia. *Revista de Psicopedagogia*, 23(70), 62-7.
- Bernardi, M. M. E., Guimarães, T. B (2008, novembro). Empreendedores públicos: uma experiência de gestão estratégica de pessoas na administração pública do governo do estado de Minas Gerais. *Anais do XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Buenos Aires, Argentina, 8.
- Boava, D. L. T (2006). *Estudo sobre a dimensão ontológica do empreendedorismo*. Dissertação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil.
- Bresser-Pereira, L. C (2000). A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, 34(4), 7-26.
- Chaves, D. F, Pinto, I. J (2007). Economia solidária como alternativa de desenvolvimento regional. *T&C Amazônia*, 5(10), 60-67
- Costa, A. M. da, Barros, D. F., Carvalho, J. L. F (2011). A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 179-197.
- Cunha, S. K., Bulgacov, Y. L., Meza, M. L. F., Balbinot, Z (2009). O sistema nacional de inovação e a ação empreendedora no Brasil. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 6(2), 120-137.
- Diefenbach, T. (2009). New Public Management in Public Sector Organizations: The Dark Sides of Managerialistic Enlightenment. *Public Administration*, 87(4), 892-909.
- Dornelas, J. C. A. (2008). *Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios* (3 ed.) Rio de Janeiro: Elsevier.
- Eid, F. (2007). Descentralização do estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo. *ORG & DEMO*, 8(1/2), 47-66.
- Farazmand, A. (2012). The Future of Public Administration: Challenges and Opportunities - A Critical Perspective. *Administration & Society*, 44(4), 487 -517.
- Ferrarini, A. V. (2008). *Pobreza: a possibilidade de construção de políticas emancipatórias*. São Leopoldo: Oikos.
- Gaiger, L. I. (2008). *A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário*. *Outra Economia*, 2(3), 1851-4715.
- Gaiger, L. I. (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 211-228.
- Gimenez, F. A. P., Ferreira, J. M., Ramos, S. C. (2008). *Configuração empreendedora ou configurações empreendedoras? Indo um pouco além de Mintzberg*. Encontro Nacional da ANPAD, Rio de Janeiro, 32.
- Gomes, A. F., Lima, J. B., Cappelle, M. C. A. (2013). Do empreendedorismo à noção de ações empreendedoras: reflexões teóricas. *Revista Alcance*, 20(2), 203-220.
- Hood, C. (1991). A Public Management for all Seasons? *Public Administration*, 69(1), 3-19.
- Kettl, D. F. (2006). A Revolução Global: Reforma da Administração do Setor Público. In L. C. Bresser-Pereira, & P. Spink (Org.). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial* (pp. 75-122). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Lavras (2010). *Decreto N. 8601 de 31 de Agosto de 2010*. Aprova e Homologa o Regimento Interno do Fundo Municipal de Trabalho e Renda Solidária.
- Lavras (2009). *Lei da Economia Solidária nº 3.479, de 08 de Junho de 2009*. Dispõe sobre a criação de diretrizes e estabelece princípios fundamentais e objetivos da política municipal de fomento à economia solidária do município de Lavras e de outras providências.
- Leite, L. Q. (2014). Entrevista: Reflexões de um reformador contemporâneo do Estado brasileiro: entrevista com Luiz Carlos Bresser Pereira, por Leonardo Queiroz Leite. *Revista de Administração Pública*, 48(4), 1051-1070.
- Lenzi, F. C., Kiesel, M. D., Zucco, F. D (2010). *Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência*. São Paulo: Gente.
- Moehlecke, S. (2002). Ação afirmativa: histórias e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, (117), 197-217.
- Moraes, R (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22 (37), 7-32.

- Osborne, D., & Gaebler, T (1994). *Reinventando o Governo. Como o Espírito Empreendedor Está Transformando o setor público*. Brasília: MH Comunicação.
- Pereira, A. B., Rodrigues, E., Guilherme, R. C (2010). Ações afirmativas: política de cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas. *Textos & Contextos*, 9(2), 244-250.
- Pollitt, C. (2000). Is the Emperor in His Underwear? An Analysis of the Impacts of Public Management Reform. *Public Management*, 2(2), 181-199.
- Praxedes, S. F. (2009). Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. *Mercado de Trabalho*, (39), 57-62.
- Silva, V. A. C. (2010). Políticas compensatórias. InD. A. Oliveira, A. M. C. Duarte, & L. M. F. Vieira. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação.
- Silveira, A. C. da, Boneli, J. J., Castro, N. E., & Barbosa, P. A. (2007). Empreendedorismo: a necessidade de se aprender a empreender. *Foco, Capa*, 2(1).
- Singer, P. (2008). Economia Solidária. *Estudos Avançados*, 22(62), 289-314.
- Sousa, J. L., Junior, F. G. P., Lira, Z. B. (2010). A abordagem multidimensional do empreendedorismo no setor público: o caso da ação empreendedora da fundação Joaquim Nabuco. *Revista Gestão e Planejamento*, 11(22), 337-354.
- Teixeira, E. C. (2002). C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *AATR-BA*, 1-11. **Recuperado de http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf em 20 julho 2015.**
- Valadares, J. L., & Emmendoerfer, M. L. (2015). A Incorporação do Empreendedorismo no Setor Público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. *Revista de Ciências da Administração*, 17(41), 82-98.
- Yin, R. K (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (2 ed.). Porto Alegre: Bookman.